

Haverá Vida sem SAL? Um futuro por contar...

Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins



I Seminário Internacional sobre o sal português
Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 431-441

Haverá Vida sem SAL? Um futuro por contar*

Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins**

Resumo

A produção de sal tem de deixar de ser meramente identificada como uma actividade económica em declínio, para lhe serem reconhecidas funções que sempre desempenhou, mas às quais não era atribuído nenhum valor social e económico. O reconhecimento do interesse destas funções enquadra-se num contexto social e cultural em que valores tais como a conservação da natureza, a herança cultural, o lazer, o recreio e o turismo são aceites e aos quais é atribuída importância. A necessidade e a vontade emergente de mudança (característica marcante desta nova postura face ao declínio da actividade) é manifestada na diversidade de propostas de intervenção dos grupos de interesse (produtores de sal, autarquias, universidade, organismos da administração pública, grupos de defesa e conservação da natureza...) no entanto, o verdadeiro desafio reside na construção deste processo. Por outro lado se o ónus da mudança está particularmente associado à capacidade de inovação dos produtores de sal este não deve ser o único grupo de agentes com responsabilidade activa no processo. Assim sendo, torna particular relevância a constituição de parcerias que sustentem a legitimação dos novos valores emergentes, tanto mais que alguns destes revestem do carácter de "bem público" e como tal devem ser assumidos não somente por um grupo social mas pela sociedade no seu todo. Neste contexto o trabalho desenvolvido no seio do projecto ESGIRA-MARIA pretendeu dar resposta a uma questão determinante: Qual deverá ser a futura ocupação do salgado de Aveiro, tendo em conta as oportunidades e ameaças que o abandono da actividade de recolha de sal implicam?

Salt production has to be considered not only an economic activity in decrease but also as a social and cultural one (nature preservation, tourism, leisure, etc.). The need and the will of change comes from salt producers, universities, city councils, nature conservation groups, etc. But, the real challenge is to construct all this process. In this context, ESGIRA-MARIA project gave answers to a very precise question: What will be the future occupation of Aveiro's salt pans area, considering the opportunities and threats related to the abandon of salt production?

* Vide apresentação no CD-ROM anexo a este volume.

** Docente universitária – Universidade de Aveiro (Departamento de Ambiente e Ordenamento); CESAM – Centro de Estudos Ambientais e do Mar. Licenciatura em Geografia, 1982, Universidade de Coimbra. Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente, 1998, Universidade de Aveiro. Actuais interesses de investigação: Planeamento e Gestão de Zonas Costeiras; Mudanças de Uso de Solo; Cidadania e Participação; Conservação do Património Natural e Cultura. Alguns Projectos de Investigação: MARIA – Programa de Gestão Integrada para a Ria de Aveiro (1997-99); As Novas Fronteiras Ambientais – ecossistemas globais e estratégias de governação transfronteiriça (1999-2000); ESGIRA – Estrutura de Gestão Integrada para a Ria de Aveiro (1999-2001); Development of Integrated Coastal Management Training and Education (1999-2002); HISPORTOS – Para a História da Construção dos Portos do Noroeste de Portugal ao longo da Época Moderna (2001-2003); ACES – Programa de Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores: Diseño de intervenciones y análisis del proceso (2002-2003).

Introdução

A “Ria de Aveiro” (fig.1) é uma formação lagunar recente com uma extensão aproximada de cerca de 45 a 47km (NNE-SSW) e uma largura máxima de cerca de 10 a 15km segundo as fontes. Localizada na costa oeste do território continental português a sua fisiografia actual decorre da combinação dos processos sedimentares que lhe deram origem e da intervenção humana que foi sofrendo (Martins, 1997).

A formação da laguna reporta-se aos séculos XI ou XII na sequência do desenvolvimento de um ou dois cabedelos nos extremos norte e sul duma baía, então existente, estreita e pouco profunda que estaria delimitada pela linha de costa que compreendia, as povoações de Espinho, Estarreja, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira. O processo de crescimento do(s) cabedelo(s) e do cordão dunar litoral foi progressivamente alterando a localização do canal de ligação com o mar (no séc. XVIII, este localizava-se nas proximidades da povoação de Palheiros de Mira). No interior da laguna a contínua acumulação de sedimentos descarregados pelo rio Vouga, os seus afluentes Águeda, Cértima e Caima e o rio Antuã, provocou a formação de ilhas posteriormente colonizadas por vegetação halófila (Martins, 1997).

As condições de protecção oferecidas pela laguna suscitaram o desenvolvimento de actividades económicas marítimas e de navegação, cuja manutenção deu origem a obras que condicionaram as características actuais da laguna. Por outro lado a existência de uma grande diversidade de habitats e de recursos gerou o aparecimento de actividades económicas associadas que suportaram o desenvolvimento da população e posteriormente o aparecimento de outras actividades económicas “independentes” da laguna (Martins, 1997).

As alterações da linha de costa e o assoreamento da laguna, se por um lado, afectaram a localização das actividades aí implantadas, obrigando-as a sucessivas relocalizações (por exemplo a actividade portuária e a extracção do sal), por outro lado, criaram condições para o desenvolvimento de outras actividades. A estreita dependência que as actividades económicas, inicialmente desenvolvidas, tinham dos recursos e das condições naturais da laguna e da sua envolvente suscitou o aparecimento de usos e costumes específicos que marcam a identidade regional e se materializam em tecnologias tradicionais, como seja por exemplo a construção de embarcações adaptadas a actividades específicas – moliceiro, salineiro, “meia-lua” entre outros, a construção de habitação em estacaria (palheiros), as técnicas de pesca (arte xávega, chinchorro entre outras) e em instrumentos tradicionais associados, como sejam os utensílios de apanha do molicho, do junco, do caniço e da extracção do sal (Martins, 1997).

Tal como hoje é reconhecida a “ria” é o “resultado de um diálogo intenso entre os processos naturais e o Homem” (Ferreira, 1996) combinando-se de forma a criar um património em que é difícil destrinçar as componentes naturais, culturais e paisagísticas – PAISAGEM CULTURAL.

No entanto o processo de desenvolvimento da área da Ria de Aveiro vem desencadeando, ao longo dos tempos, conflitos com o seu ecossistema lagunar. Devido à especificidade das questões da qualidade do ambiente e do processo de desenvolvimento económico e social da região envolvente à Ria de Aveiro têm-se vindo a realizar desde os anos 80 um conjunto muito variado de estudos acerca da região (Maria, 1999). Neste contexto desenvolveram-se, mais recentemente dois projectos (financiados pela EU) cujos objectivos estavam direccionados para a criação e implementação de metodologias de gestão territorial baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável.

Na Ria de Aveiro para além das entidades com capacidade legal de intervenção na área lagunar e costeira existe ainda um vasto conjunto “ de entidades com interesses directos ou

indirectos sobre a laguna, uma vez que desenvolvem as suas actividades nela ou determinam a sua qualidade e cuja intensidade de acção é muito variada" (MARIA, 1996).

Tendo em conta a diversidade mencionada, a parceria¹ do Projecto MARIA, propôs uma tipologia de estrutura de gestão capaz de lidar com o quadro identificado. Essa proposta foi posteriormente sujeita a um processo de avaliação, no contexto do projecto ESGIRA-MARIA², no sentido de testar a sua capacidade de gestão de uma multiplicidade de vectores determinantes do actual estado ambiental desta região lagunar.

Salgado da Ria - Estado Actual

O salgado da Ria de Aveiro é ocupado por 270 marinhas divididas por 5 grupos (Monte Farinha, S. Roque ou Esgueira, Norte, Mar e Sul) numa área de cerca de 1500 ha (fig.2). Muitas destas marinhas encontram-se abandonadas e outras convertidas em tanques de aquacultura devido à crise que afectou o sector económico da recolha de sal pela falta de rentabilidade do mesmo.

Das marinhas que constituem o salgado de Aveiro apenas cerca de 5% (8 marinhas) produzem actualmente sal. Este valor, quando comparado com os valores para os anos de 1995 (17% - 46 marinhas) e 1998 (11% - 30 marinhas) representa o decréscimo médio anual para produção de sal de 7 marinhas. A aquacultura tem vindo a substituir esta actividade tendo um acréscimo anual médio de 13 marinhas.

A aquacultura, não obstante o processo burocrático associado ao seu licenciamento e os problemas ambientais que lhe estão associados, tem vindo a tornar-se a alternativa mais viável à salinicultura já que para além das marinhas que sofrem alteração do seu uso de recolha de sal para aquacultura há ainda algumas que são recuperadas para este fim.

Uma das principais razões para o abandono das marinhas para a produção de sal prende-se com a falta de rentabilidade desta actividade relacionada com o desenvolvimento de técnicas de conservação no frio e com as deficiências tecnológicas da extracção do sal. Estas razões, associadas ao facto de terem entretanto aparecido outras explorações industrializadas que conseguiam maiores produções a menores custos, à dureza da vida dos marnotos e

1 (DGXI, DAO/UA-DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E ORDENAMENTO, ICN-INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, IHERA- INSTITUTO DE HIDRAÚLICA, ENGENHARIA RURAL E AMBIENTE, DRAC-DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE CENTRO (MINISTÉRIO DO AMBIENTE), CCRC-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO, AMRIA-ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA RIA, AIDA-ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO, JAPA-JUNTA AUTÓNOMA DO PORTO DE AVEIRO, AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE ÁGUEDA, ALBERGARIA-A-VELHA, AVEIRO, ESTARREJA, ÍLHAVO, MIRA, MURTOSA, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR E VAGOS).

2 As entidades que integraram a parceria do ESGIRA-Maria representam diferentes níveis e capacidades legais de intervenção na "Ria", com perspectivas diversificadas de utilização e com dinamismos próprios, cooperando no sentido dum desenvolvimento sustentável para esta região: APA-ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO (antiga JAPA-JUNTA AUTÓNOMA DO PORTO DE AVEIRO), AMRIA-ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA RIA, AIDA-ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO, IHERA-INSTITUTO DE HIDRAÚLICA, ENGENHARIA RURAL E AMBIENTE, DRAC-DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE CENTRO (MINISTÉRIO DO AMBIENTE), CCRC-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO, ICN-INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, DRABL-DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA DA BEIRA LITORAL, REGIÃO DE TURISMO DA ROTA DA LUZ, QUERCOS, FAPAS, AMRIA-ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA RIA, CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA, CÂMARA MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A-VELHA, CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO, CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA, CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA, CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA, CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO, CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR E CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS.

ao facto de esta ser uma actividade extensiva, provocaram um progressivo desinteresse pela actividade e a conseqüente degradação física das marinhas.

Por serem locais onde confluem uma grande diversidade de interesses (económicos, sociais, ecológicos e culturais) o abandono e degradação das salinas tem vindo a suscitar preocupações relacionadas com:

- o abandono de uma actividade tradicional muito antiga;
- o abandono das marinhas e conseqüente degradação dos muros de protecção levando ao desaparecimento de uma vasta área de salinas;
- a destruição de uma paisagem característica da Ria de Aveiro;
- os problemas associados ao desenvolvimento da actividade de aquacultura (dificuldades no licenciamento, problemas associados à poluição causada por esta actividade, introdução de espécies exóticas causando desequilíbrios ecológicos e problemas associados às aves que aqui se alimentam e nidificam);
- as conseqüências negativas no equilíbrio ecológico da área de salgado (servem de locais de alimento e nidificação de populações de aves limícolas e migratórias muitas delas protegidas por Directivas da Comunidade Europeia);
- a possibilidade de um crescimento urbano ocupando a área das marinhas abandonadas.

A Paisagem do Sal e a Conservação da Natureza

A produção de sal, outrora um factor de enriquecimento da região de Aveiro, entrou em declínio a partir de meados do séc. XX. Por outro lado as restrições ao licenciamento da actividade de aquacultura (as instalações de piscicultura intensiva são proibidas na Ria de Aveiro) condicionaram a capacidade de esta se tornar uma alternativa económica compensatória. Também no que respeita ao equilíbrio ecológico e aos valores conservacionistas, o abandono das marinhas teve conseqüências negativas para as populações de aves limícolas e migratórias, muitas delas protegidas por Directivas da Comunidade Europeia, pois estas procuram aqui alimento e local para nidificar.

A importância da protecção da Ria de Aveiro deriva não só da valorização mundial que as Zonas Húmidas têm tido nestes últimos 30 anos, reafirmada fundamentalmente nas convenções de Ramsar (1971), Bona (1979) e Berna (1979), e reflectida nas das Directivas Comunitárias Europeias ("Aves" e "Habitats"), transpostas para o direito português através dos DL n.º 140/99, de 24 de Abril e DL n.º 384-B/99, de 23 de Setembro (cria diversas ZPE³ e revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva "Aves" e "Habitats"), mas também do facto de ser uma das principais Zonas Húmidas portuguesas que para as aves migratórias oriundas dos continentes africano e europeu, constitui um lugar de descanso e reprodução.

Como sistema aberto, dependente das marés, a paisagem do sal pode ser considerado uma continuação da paisagem natural, uma vez que sendo mais controlada as aves continuam a nidificar nas marinhas de sal. A produção de sal não é contrária à protecção do ambien-

³ Neste contexto a Ria de Aveiro foi classificada como ZPE (Zona de Protecção Especial) ao abrigo do DL n.º 384-B/99, publicado em Diário da República de 23 de Setembro de 1999.

te, é fundamentalmente complementar. A produzir sal, os mamotos participam activa e directamente na conservação e protecção do Ambiente, da paisagem, enfim do património natural, histórico e cultural local e regional.

A pressão humana e urbanística existente nesta zona suscita a necessidade de esta ser objecto de protecção, como único meio de promover a manutenção dos habitats naturais existentes com a sua biodiversidade.

Este quadro pressupõe uma necessidade de intervenção neste biótopo de modo a definirem-se claramente os principais atributos e constrangimentos à sua manutenção e/ou transformação. A definição de estratégias de intervenção para este espaço "comum" só faz sentido se forem resultado de um processo colectivo em que intervêm todos os parceiros com interesse directo ou indirecto nesta temática, conformando-se desta forma com o objectivo global do projecto ESGIRA-MARIA, ou seja uma definição de estratégias "assente na construção de consensos e numa visão global e abrangente da Ria de Aveiro como um todo indivisível, enfatizando sempre, os elementos conceptuais: VISIBILIDADE, IDENTIDADE e UNIDADE" (Alves, 2002).

A futura ocupação do salgado de Aveiro demonstra assim ser uma preocupação para o equilíbrio desta área. Se, por um lado, a alteração de usos se torna mais rentável economicamente, por outro, traduz-se numa possível diminuição da qualidade ambiental desta área. No entanto, a tendência actual demonstra que o abandono por completo desta actividade é eminente.

Qual deverá, então, ser a futura ocupação do salgado de Aveiro tendo em conta as oportunidades e ameaças que o abandono da actividade de recolha de sal implicam?

Que Futuro para o Salgado?...

Da análise da situação de referência podemos concluir que no que diz respeito à futura ocupação do salgado da Ria de Aveiro:

- O total abandono das marinhas para recolha de sal tem associadas consequências negativas no que diz respeito ao equilíbrio ecológico, à qualidade da paisagem e aos aspectos culturais.

- A total reconversão das marinhas para a aquacultura intensiva não é viável do ponto de vista do equilíbrio ecológico, para além de não ser permitida pelos problemas que lhe estão associados de poluição das águas.

- Algumas das marinhas da Ria de Aveiro estão irremediavelmente destruídas devido à sua ocupação por infra-estruturas ou pela destruição dos seus muros.

- A recuperação de marinhas que é feita actualmente destina-se apenas à actividade aquícola, salvo a excepção de duas marinhas da Universidade uma já recuperada (a Santiago da Fonte) e outra em fase de recuperação, para a produção de sale da marinha da Troncalhada que pertence à Câmara Municipal de Aveiro.

- Os muros de algumas marinhas estão muito degradados e a sua não recuperação leva a que seja uma ameaça para os muros das outras temendo-se o arrombamento de mais algumas marinhas e a destruição desta paisagem.

Mesmo não sendo possível a total recuperação das marinhas é urgente actuar nesta área. A recuperação das motas é essencial para a manutenção de todo o salgado. A recuperação

de marinhas para a produção de sal não se prevê que seja total visto muitos mamotos terem abandonado a actividade pela sua falta de rentabilidade.

A recuperação de marinhas deve no entanto ser feita tendo em conta a importância destas para as aves que aqui se alimentam e nidificam, bem como deve ter limitações no que diz respeito ao número de marinhas a recuperar para efeitos de aquacultura, pelas razões acima indicadas.

O zonamento do salgado torna-se assim uma medida prioritária. Um correcto zonamento pode contribuir para a sua recuperação limitando as pressões para a crescente mudança de uso das marinhas e evitando uma maior degradação ou mesmo o desaparecimento de todo o Salgado.

A recuperação do salgado passa pela dinamização e harmonização das actividades que nela se desenvolvem há dezenas, mesmo há centenas de anos (produção de sal). O salgado de Aveiro representa um património natural, cultural e patrimonial importante na região. A produção de sal encaixa-se perfeitamente neste quadro e a presença ou a intervenção humana não representa uma ameaça ao meio natural.

Considerações Finais

O paradigma de desenvolvimento actualmente aceite, sustenta-se na afirmação e reforço das identidades locais, como pilar dos princípios de co-responsabilidade e de participação dos agentes sociais na construção e exercício da cidadania, pelo que o enfraquecimento ou perda dessa identidade se constitui como um processo de sub-desenvolvimento, podendo mesmo ser referido como um processo "contra-natura".

As condições de mudança articulam-se em torno da capacidade inovadora que os diferentes grupos de agentes consigam revelar, bem como da capacidade de articulação das acções desencadeadas. Esta capacidade inovadora inclui um espectro muito alargado de acções que vão desde a capacidade de alteração da conduta empresarial de proprietários e mamotos, à exploração de novas formas de uso das marinhas que complementem a produção do sal e possibilitem uma exploração múltipla deste espaço, em contraposição à mono-actividade até agora desenvolvida (sal ou piscicultura).

Neste contexto emerge a necessidade de desenvolvimento de um programa de formação com o objectivo de fornecer aos mamotos⁴ ferramentas de qualificação e reconversão da actividade, de defesa dos seus interesses e promoção do produto a nível local e nacional, bem como de exercício ecologicamente sustentado das funções de suporte à Conservação da Natureza actualmente já desempenhadas de forma mais ou menos empírica. Para além destes objectivos o programa de formação poderá ainda servir de promotor de informação sobre casos semelhantes, em que os factores de sucesso /insucesso possam ser avaliados e considerada a sua integração local. Neste sentido é quebrado o isolamento dos produtores, fomentada a sua auto-estima e potenciada a sua capacidade de afirmação da actividade.

Dado que o desenvolvimento sustentável é construído a partir dum sentimento de propriedade e de participação, existe a necessidade de criação de parcerias locais, nacionais e internacionais que possam oferecer uma responsabilidade partilhada do sucesso e do insucesso. Entretanto, parcerias mais formalizadas entre as agências devem ser também

⁴ Este grupo de actores apresenta um baixo nível de formação escolar.

desenvolvidas e implementadas a todos os níveis pelo que o desenvolvimento de um Programa de REABILITAÇÃO DO SALGADO assente na elaboração de uma estratégia concertada entre os vários agentes competentes que actualmente desenvolvem actividades isoladas constitui um instrumento capaz de conjugar a actividade económica com a salvaguarda do património natural e paisagístico, inverter o processo de degradação das marinhas e contrariar a tendência de decadência da salicultura.

Bibliografia

Alves, M. F., Martins, F., Coelho, C., Fonseca, H. (2002) – “Percurso a Integrar numa Rede de Corredores Verdes para a Ria de Aveiro – um Exercício de Planeamento”. (Aceite para edição em livro a editar pelo CNIG, UNL, FLAD, DRAOT-C e CCRC).

COM (2001) 264 final - Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável (Proposta da Comissão ao Conselho Europeu de Gotemburgo) Bruxelas, 15.5.2001.

Coelho, C.; Martins, F.; Alves, F. & Hermoso, J. (2001) – “*Ria de Aveiro – uma parceria de sucesso*”, Edição Projecto ESGIRA – Maria, Aveiro. Pp. 29.

Cunha, L., Martins, F., Coelho, C. (2001) – “As Raízes Económicas e Culturais na Base da Recuperação do Equilíbrio Ecológico do Salgado de Aveiro”, in Actas da VII Conferência Nacional de Qualidade do Ambiente, Universidade de Aveiro, Aveiro, pp. 573-577.

Ferreira, J., Reis, M.^aJ., Martins, F. (1996) – “O Salgado da Ria: Transformações Desejadas, Transformações Possíveis, Transformações Ambientalmente Aceitáveis” in Actas da 5ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente vol. III, Universidade de Aveiro, Aveiro, 10-12 Abril, pp. 2129-2137.

Martins, F., Alves, F., Ferreira, I., Coelho, C. (2000) – “The Contribution of an European Life project to a Global Strategy for a Responsible Use of a Coastal Lagoon: a Case Study from Portugal” in *Periodicum Biologorum*, vol 102, supplement 1, Zagreb, September, 2000, pp. 385-390.

Martins, Filomena M.C.P.F. (1998) – “Políticas de Planeamento, Ordenamento e Gestão Costeira – contributo para uma discussão metodológica”, tese apresentada na Universidade de Aveiro com vista à obtenção do grau de Doutor em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Ribeiro, P., Luís, A., Martins, F. (2001) – “A Conservação do Perna-longa (*Himantopus himantopus*) e a gestão da Ria de Aveiro” in Actas da VII Conferência Nacional de Qualidade do Ambiente, Universidade de Aveiro, Aveiro, pp. 417-434.

Universidade de Aveiro (1996) – Proposta do Projecto MARIA - Programa de Gestão Integrada para a Ria de Aveiro, financiado pelo programa LIFE96, LIFE96ENV/P/601.

Universidade de Aveiro (1998) – Proposta do Projecto ESGIRA – Estrutura de Gestão Integrada para a Ria de Aveiro financiado pelo Programa LIFE98, ENV/P/000673.

Universidade de Aveiro (1999) – Relatório Final do Projecto MARIA - Programa de Gestão Integrada para a Ria de Aveiro, financiado pelo programa LIFE96, LIFE96ENV/P/601.

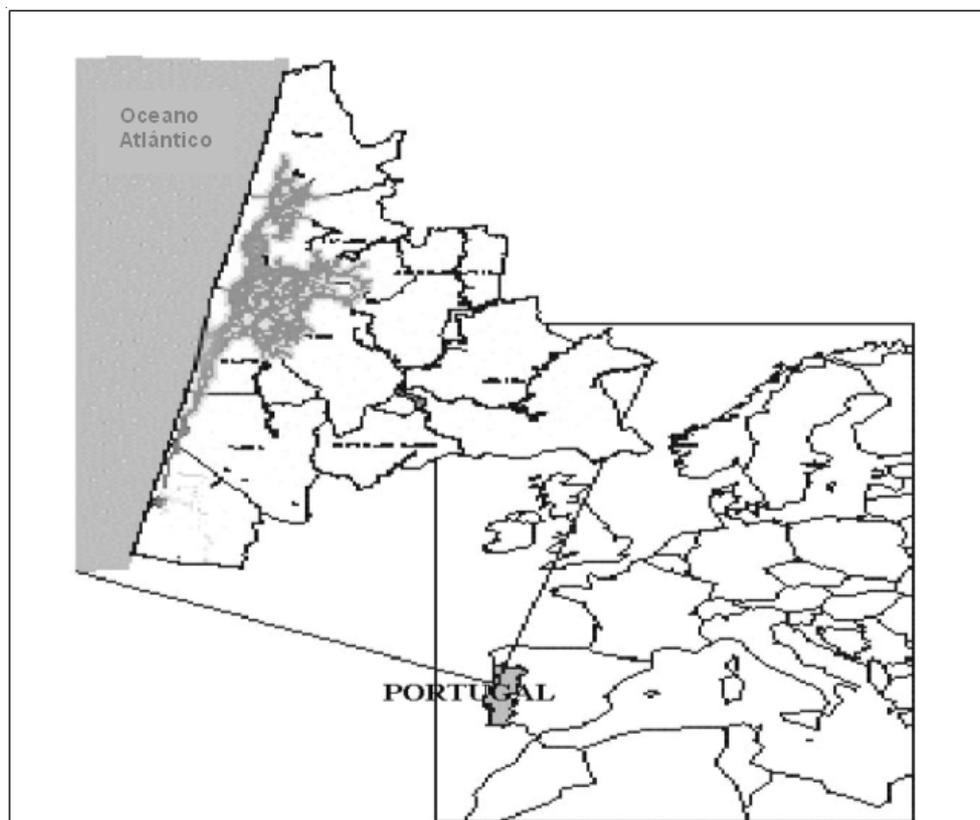


Figura 1 - Localização da "Ria de Aveiro".

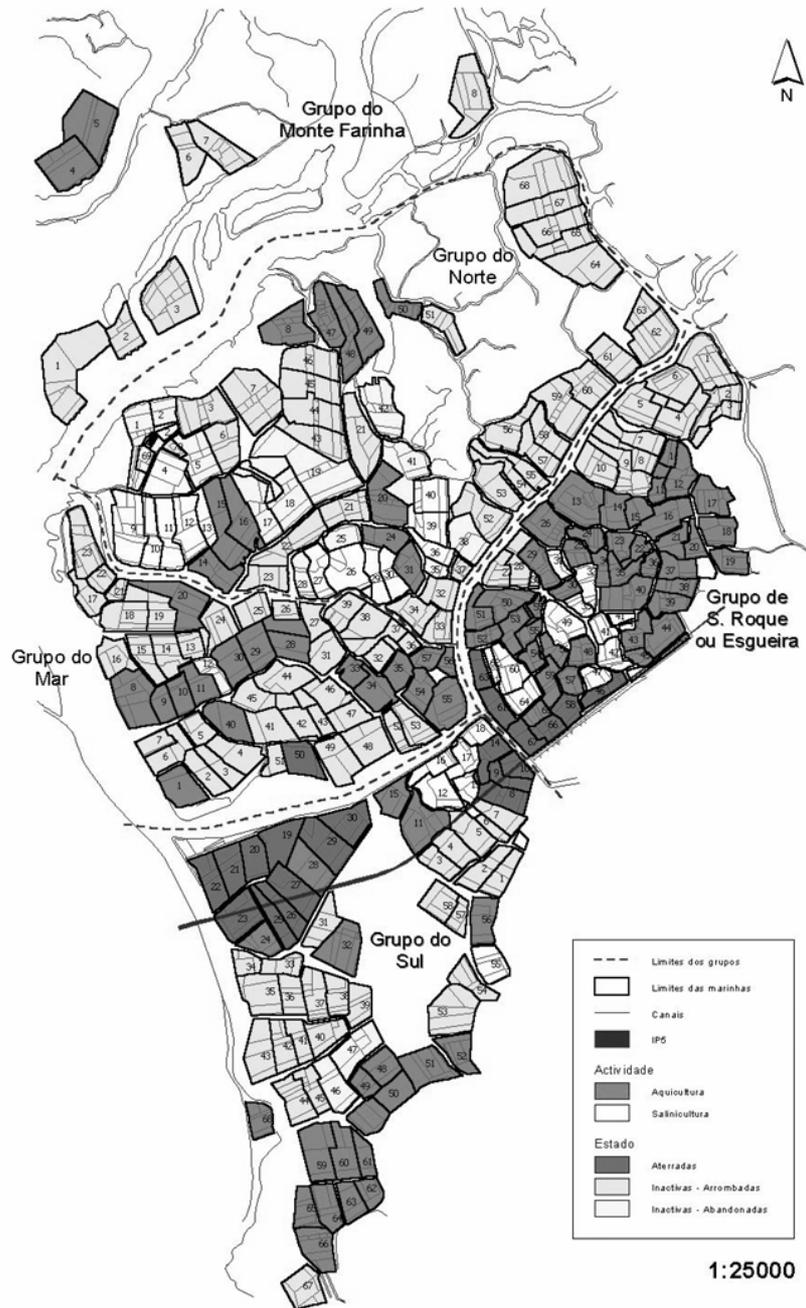


Figura 2- Salgado de Aveiro (2001)